



CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE V S.A.

CNPJ nº 31.199.661/0001-11

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	10	1.202	758
Concessionárias	11	1.784	3.482
Impostos a compensar	12	1.245	1.269
Cauções e depósitos vinculados	14	766	-
Adiantamento a fornecedores	15	14	2
Despesas antecipadas	16	77	60
		5.088	5.571
Não circulante			
Partes relacionadas	13	167	-
Cauções e depósitos vinculados	14	6.623	7.071
Imobilizado	17	181.157	187.304
		187.947	194.375
Total do ativo		193.035	199.946

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	22.696	25.736
Impostos a pagar	12	1.358	1.555
Empréstimos e financiamentos	19	7.494	3.898
Outras contas a pagar	20	631	500
		32.179	31.689
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	127.183	124.081
Provisões	21	660	632
Outras contas a pagar	20	2.150	2.079
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	352	527
		130.345	132.029
Total do passivo		162.524	163.718
Patrimônio Líquido			
Capital social		45.314	40.077
Prejuízos acumulados		(14.803)	(3.849)
		30.511	36.228
Total do passivo e patrimônio líquido		193.035	199.946

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida		23	15.755
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica		24	358
Encargos com uso de rede elétrica		(3.034)	(2.583)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.051)	-
		(4.085)	(2.583)
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(6.180)	(6.186)
Serviços de terceiros e materiais		(3.011)	(3.518)
Outros custos de operação		(434)	(509)
		(9.625)	(10.213)
Lucro bruto		2.045	10.952
Despesas operacionais		24	377
Despesas gerais e administrativas		(34)	(68)
Outras despesas e receitas		(40)	(124)
		(74)	(192)
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		1.971	10.760
Resultado financeiro		25	377
Receitas financeiras		736	377
Despesas financeiras		(12.931)	(11.456)
		(12.195)	(11.079)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(10.224)	(319)
Tributos sobre o lucro			
Correntes		26	(874)
		(730)	(874)
Resultado líquido do exercício		(10.954)	(1.193)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL
 A Central Eólica Monte Verde V S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde V"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Monte Verde V, comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, nº 428, Sala 10, Cidade Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. Em abril de 2019, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social BNDES no montante de R\$ 106.043, a ser liberado conforme a apresentação da contraprestação da evolução da construção da usina. **1.1 Autorização do Parque Eólico Monte Verde V:** Em 07 de fevereiro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 06 de fevereiro de 2054. A Companhia, em 20 de dezembro de 2017, vendeu 13,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica: Monte Verde V, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R\$87,00/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 26 do Parque Eólico Monte Verde V iniciou sua operação comercial em 5 de janeiro de 2023.

Central Eólica MV V	
Usinas	EOL Monte Verde V
Modalidade	Produtor Independente
Outorga	Autorização
Estado	RN
Capacidade instalada (MW)	33,60
Energia assegurada (Mm)	19,90
Data do início da operação	2019
	Início
	07/02/2019
	Término
	06/02/2054

1.2 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 27.091 (R\$ 26.118 em 31 de dezembro de 2023), devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção em 2022 e início da operação em janeiro de 2023. O equipamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma (i) aportes de capital da sua controladora (ii) recebimentos dos fluxos de caixa pelas vendas de energia.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS* ou *Accounting Standards*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de maio de 2025. **2.1.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 27 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4 JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseada-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. **• Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 17). **• Provisões para arrendamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 20); **• Provisões para desmantelamento:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 21); **• Provisões para riscos trabalhistas e civis:** reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28); **• Receita operacional líquida:** (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 23).

5 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo em suas políticas contábeis consistentemente aplicadas em períodos comparáveis de salvo disposição em contrário: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia futuras e não futuras. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referidos à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Provisões para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numra base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **i) Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **j) Provisões para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numra base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **k) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **l) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2)):** Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistematicamente do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente,

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		(10.954)	(1.193)
Resultado abrangente do exercício		(10.954)	(1.193)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.473	(2.656)	26.817
Aumento de capital social	10.604	-	10.604
Resultado do exercício	-	(1.193)	(1.193)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.077	(3.849)	36.228
Aumento de capital social	5.237	-	5.237
Resultado do exercício	-	(10.954)	(10.954)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.314	(14.803)	30.511

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.224)	(319)	
Depreciações e amortizações	6.180	6.186	
Encargos de dívidas sobre empréstimos	12.119	11.098	
Juros provisão desmantelamento	75	59	
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	306	283	
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 11 e 18)	2.548	-	
	11.004	17.307	

Variações em:

Concessionárias	(1.375)	(3.482)
Impostos a compensar	23	(162)
Adiantamento a fornecedores	(12)	(1.076)
Despesas pagas antecipadamente	(16)	(60)
Outros créditos	-	459
Fornecedores	(3.042)	4.868
Partes relacionadas	(182)	73
Outras contas a pagar	357	7.469
Outras contas a pagar	(104)	195
Caixa proveniente das atividades operacionais	6.653	27.743
Juros pagos	(2.434)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(744)	(638)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.475	27.105
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa e depósitos vinculados	(318)	(7.070)
Adições ao imobilizado	(79)	(26.415)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(397)	(33.485)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	5.237	10.604
Partes relacionadas	(4.885)	(16.367)
Amortização do principal de empréstimos	(2.986)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(2.634)	(5.763)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	444	(12.142)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.202	758
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	758	12.901

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2032. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.

8 IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO

Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Para uma série de jurisdições, picos recentes na inflação e nas taxas de juros podem estar se estabelecendo ou até mesmo diminuindo, o que pode exigir atualizações na divulgação decorrente de redução na volatilidade. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e as altas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. O aumento da inflação e das taxas de juros afetará as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. O aumento da inflação e das taxas de juros também pode causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área.

9 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1 / IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7 / IAS 12 / IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
O CPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábeis Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessionárias e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (funding) / Mínimo e sua Interação	Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.			

...continuação **CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE V S.A. | CNPJ nº 31.199.661/0001-11**

12 IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR		31/12/2024	31/12/2023	Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		Nota	Categoria	Níveis	31/12/2024	31/12/2023
				Circulante		Não circulante				
				Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	
Impostos a compensar										
ICMS		927	926							
IRRF sobre aplicações financeiras		318	343							
Total		1.245	1.269							
Impostos a pagar										
ICMS		757	756							
Imposto de renda e Contribuição social		548	670							
ISS		5	6							
Outros		2	6							
PIS e COFINS		44	116							
PIS, COFINS e CS retidos na fonte		2	1							
Total		1.358	1.555							

13 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Não circulante			
Partes relacionadas			
	EDP Renováveis Brasil S.A.	167	-
Total ativo		167	-
Passivo			
Circulante			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	(9.618)	(12.658)
Compartilhamento de CAPEX - MV Solar (b)	Monte Verde IV	(12.439)	(12.439)
Operação remota (c)	EDP Transmissão Goiás S.A.	(10)	-
Garantia financeira	EDP Serv. Financeiros S.A.	(28)	(28)
		(22.095)	(25.125)
Total passivo		(22.095)	(25.125)

20 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Não circulante
Adiantamento credores		
concessionárias de energia elétrica	420	- 420
provisão para arrendamentos	211	2.150 2.361
Saldo em 31/12/2024	631	2.150 2.781
A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrados abaixo:		
	Terrenos	Total
Saldo em 31/12/2023	2.278	2.278
Adições	79	79
Pagamentos	(302)	(302)
Ajuste a valor presente	(306)	(306)
Saldo em 31/12/2024	2.361	2.361

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 14,09% a.a. para terrenos.

21 PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2024	31/12/2023
Desmantelamento	660	632
Total	660	632

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2023	632	632
Ajuste a valor presente	75	75
Redução por revisão	(47)	(47)
Saldo em 31/12/2024	660	660

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. Periodicamente a Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento. Em dezembro de 2024, a Companhia finalizou a revisão, sendo que as provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futura. Com a revisão, a Companhia registrou em seu balanço uma redução de R\$ 46. A provisão para desmantelamento do parque eólico Monte Verde V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 21). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,20% a.a.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2024 totalmente integralizado é de R\$ 45.314 (R\$ 40.077 em 31 de dezembro de 2023). O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 é composto por 45.314.600 (4.007.740 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2024	31/12/2023
	Nº de títulos	%
Acionistas		
MV Holding S.A.	45.314.600	100%
	45.314.600	100%

A Companhia não conta com capital autorizado, conforme estatuto social.

22.2 Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do estatuto social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de (R\$ 14.803) ((R\$ 3.850) em 31 de dezembro de 2023).

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	13.267	24.647
Energia comercializada no mercado de curto prazo	5.633	-
Ajuste financeiro	(2.549)	-
Total de custos não gerenciais	(16.352)	24.647
Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(597)	(899)
Total de deduções	(597)	(899)
Total	15.755	23.748
MWh comercializado	137	160

24 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

24.1 Custos operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Custo do serviço		
Não gerenciais		
Encargos de uso da rede elétrica	(3.034)	(2.583)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.051)	-
Total de custos não gerenciais	(4.085)	(2.583)
Gerenciais		
Serviços de terceiros e materiais	(3.011)	(3.518)
Depreciação e amortização	(6.180)	(6.186)
Aluguéis e arrendamentos	(11)	(4)
Seguros	(168)	(133)
Outras despesas	(172)	(278)
Despesas tributárias	(83)	(94)
Total de custos gerenciais	(9.625)	(10.213)
Total	(13.710)	(12.796)

24.2 Despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros e materiais	(34)	(36)
Doações	-	(32)
Outras despesas operacionais	(40)	(124)
Total	(74)	(192)

25 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	732	359
Juros recebidos	4	17
Receitas com derivativos	-	1
Total	736	377
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(75)	(59)
Atualização financeira	(307)	(283)
Comissões sobre financiamentos	(200)	(210)
Despesas com garantias bancárias	(180)	(15)
Encargos de dívidas (*)	(11.919)	(10.888)
Outras despesas financeiras	(250)	(1)
Total	(12.931)	(11.456)
Total	(12.195)	(11.079)

(*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial cessando o reconhecimento dos encargos da dívida no imobilizado de acordo com CPC 20 Custo dos empréstimos.

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda		
Receita operacional	16.352	24.647
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%
Total	1.308	1.922
Receitas financeiras		
Base de cálculo	2.044	2.349
Alíquota vigente	25%	25%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(511)	(587)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	12
Imposto corrente	(487)	(575)
Alíquota efetiva	2,98%	2,48%

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **27.1 Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
(IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

28 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS
A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não tem causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível em 31/12/2024.

29 COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS

29.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	2.877	2.173	-	-	5.050
Total	2.877	2.173	-	-	5.050

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **29.2 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 07 de fevereiro de 2019 a 06 de fevereiro de 2054, conforme divulgado na nota explicativa nº 1 item 1.1.

29.2.1 Garantias

Tipos de garantias oferecida

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito caução (Nota 14)	-	7
Seguro garantia e fianças (a)	-	7
Penhor de ações (b)	-	136
(a) Seguro garantia: seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que despojam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. (b) Penhor de Ações: conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e a controlada, neste caso beneficiária, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.		

30 COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade civil	Geral	100
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	225

31 MEIO AMBIENTE
A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 15 (R\$ 991 em 2023), sendo registrado no resultado do imobilizado.

Atividade

	31/12/2024	31/12/2023
Atividade		
Direito de uso arrendamentos	2.210	2.207
Máquinas e Equipamentos	185.094	178.950
Total	187.304	181.157

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2024
Valor líquido		
Ingressos	79	(62)
Depreciação acumulada	(6.098)	(46)
Desmantelamento	(46)	(79)
Baixas	(79)	(79)
Valor líquido	187.304	181.157

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R\$ 12.022, que se refere às sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque eólico. A Companhia por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, realiza o teste do valor recuperável de seus ativos para todos os períodos apresentados e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

18 FORNECEDORES
O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para a construção do parque eólico.

	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas		
Terceiros	22.096	25.125
Total	600	611
	22.696	25.736

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Principal	7.270	2.791
Encargos de dívida	224	1.107
Custo de transação	-	(1.854)
Total	7.494	3.898
	127.183	124.081

As informações sobre o contrato vigente, incluindo prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia estão apresentadas a seguir:

Contrato	BNDES
Instituição financeira	R\$ 106.043,00
Valor contratado	30/04/2019
Data da contratação	RS 59.777
Valor liberado	28/06/2021
Data da 1ª liberação	30/04/2019 a 15/10/2043
Vigência do contrato	IPCA + 4,19% a.a.
Custo da dívida	Principal e juros mensais
Forma de pagamento	Amortização mensal
Custo de transação	

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Monte Verde V S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2025
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: TSP176534/O-5

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC ZSP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5